



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
NÚCLEO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



Termo de Referência

1. Objeto:

O presente documento tem por objeto a AQUISIÇÃO DE 2 (DUAS) UNIDADES DE GATEWAY E1, para atender a SR/PF/MS e suas descentralizadas, conforme especificações, quantidades e condições dispostas a seguir.

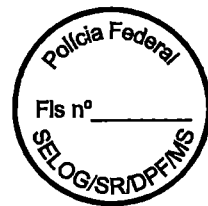
1.1 Material

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	Emb.	Qtde	Valor Médio Unitário	Valor Médio TOTAL
01	<u>Gateway E1</u> - 2 interfaces E1 com suporte aos protocolos ISDN e R2; - DSP para processamento de áudio; - Cancelamento de eco em hardware; - IP - 30 canais SIP para cada link E1 (G.711); - TDM Digital - de 1 a 4 E1s (ISDN e R2); - IP - 30 canais SIP para cada link E1; - G.711, G.729a, G.729b, GSM, iLBC, DVI4, T-38, A-law e U-law; - Interface de configuração via WEB; - Módulo de diagnóstico via web; - Controle de acesso à interface por usuário; - Analisador de sinalização E1 (R2 e ISDN); - Status do sistema via web; - Status dos troncos e canais via web; - Diagnóstico detalhado do link E1; - Suporte a SNMP; - Geração de CDR (formato CSV customizável); - Monitoração de ocupação dos canais; - Contadores de ligações por canal; - Opções de download em arquivo CSV (compatível com Microsoft Excel). - Capacidade de rotear ligações por diferentes rotas, baseado no número de destino ou no número de origem e na rota de origem; - Configuração de rotas alternativas (secundárias e por horário); - Fidelizador de rota (capacidade de mudar o número de destino); - Roteamento de ligações por rotas alternativas baseado no horário.	UNID.	02	8.123,50	16.246,99
TOTAL ESTIMADO:					16.246,99

1.2. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes do CATMAT e do presente Termo de Referência, prevalecem estas últimas.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
NÚCLEO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



2. Motivação:

2.1. Os equipamentos são necessários para substituição dos Gateways E1 das Delegacias de Naviraí e Corumbá, pois as mesmas apresentaram defeito e estão indisponíveis, causando transtorno a sociedade quanto a comunicação com a unidades.

2.2. Os materiais a serem adquiridos são de natureza comum, nos termos do artigo 1º da lei 10.520/02, devendo ser adotada a licitação na modalidade de pregão, sendo regido ainda pelo Decreto 5.450/2005, Decreto 7.892/2013, Lei Complementar 123/2006 e demais dispositivos legais atinentes à área de licitações.

3. Observações:

As licitantes vencedoras deverão adotar cautelas especiais para o transporte dos materiais até o endereço indicado.

3.1. Local de Entrega

Superintendência Regional de Polícia Federal em Mato Grosso do Sul.
Núcleo Administrativo
Endereço: Rua Fernando Luiz Fernandes, nº 322 – Vila Sobrinho.
Campo Grande (MS) – CEP 79110-901.

3.2. Prazo de Entrega

Para fornecimento dos itens: o prazo máximo será de 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento da nota de empenho.

4. Do recebimento do material:

4.1. Os bens serão recebidos pelo NAD/SELOG/SR/PF/MS, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.3. O material poderá ser submetido ao Setor Técnico Científico - SETEC desta Regional para perícia e comprovação de que os mesmos atendem as exigências editalícias.

5. Das obrigações da Contratante e da Contratada:

5.1. Obrigações da CONTRATANTE

I. Acompanhar e atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva entrega do objeto desta licitação;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
NÚCLEO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



- II. Efetuar os pagamentos à CONTRATADA;
- III. Aplicar à Contratada as penalidades regulamentares e contratuais.

5.2. Obrigações da CONTRATADA

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

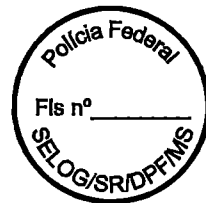
- I. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, substituindo, em até 05 (cinco) dias úteis, materiais recusados por defeito ou irregularidades;
- II. Verificar junto às empresas fornecedoras/fabricantes dos materiais especificados, a disponibilidade e prazos de entrega dos mesmos, não podendo alegar posteriormente problemas de fornecimento e/ou impossibilidade de aquisição como motivos que justifiquem atrasos no fornecimento;
- III. Responder satisfatoriamente qualquer questionamento do representante da SR/DPF/MS, inerentes ao objeto da contratação;
- IV. Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação previstas no Edital.
- V. Caso não seja cadastrado no SICAF, deverá apresentar-se para cadastramento em órgão cadastrador no prazo máximo de 03 dias úteis após o encerramento do certame, sem ônus para o proponente, munido da documentação apresentada para habilitação, devidamente atualizada.
- VI. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, certificado de garantia e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- VII. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- VIII. Não poderá a contratada subcontratar nenhum dos itens a serem licitados.

6. Do pagamento

- 6.1 - O recebimento e a aceitação do objeto de licitação obedecerão ao disposto no artigo 73, inciso II e seus parágrafos, da Lei 8.666/93.
- 6.2 - O pagamento integral será efetuado pelo NEOF/SELOG/SR/PF/MS, em moeda corrente nacional, por Ordem Bancária, em até o trigésimo (30º) dia da apresentação da Nota Fiscal ou Fatura pertinente, quando do recebimento definitivo do material, devidamente atestado pelo setor competente. Será admitido o pagamento parcial referente às mercadorias entregues até o final do exercício corrente.
 - a) Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o montante de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
NÚCLEO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



- 6.3 - O recebimento não exclui a responsabilidade da Contratada pelo perfeito desempenho do material fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando de sua utilização.
- 6.4 - A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pela própria contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas, não se admitindo Notas Fiscais/Faturas emitidas com outros CNPJ, mesmo aquelas de filiais ou da matriz. As Notas Fiscais deverão conter discriminação idêntica à contida na respectiva Nota de Empenho.
- 6.5 - Antes da emissão da Nota de Empenho, será feita consulta "on-line" ao SICAF, para verificação da regularidade da empresa.
- 6.6 - Conforme IN conjunta SRF/STN/SFC nº 04, de 18 de agosto de 1997, serão retidos os percentuais referentes a tributos e contribuições federais, exceto no caso de pessoas jurídicas optantes pelo "SIMPLES".

7. Das Sanções Administrativas.

- 7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:
 - 7.1.1. não aceitar/retirar a nota de empenho, ou não assinar o termo de contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
 - 7.1.2. apresentar documentação falsa;
 - 7.1.3. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
 - 7.1.4. ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - 7.1.5. não mantiver a proposta;
 - 7.1.6. cometer fraude fiscal;
 - 7.1.7. comportar-se de modo inidôneo.
- 7.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 7.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
 - 7.3.1. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
 - 7.3.2. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
- 7.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.
- 7.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

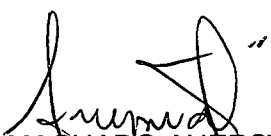


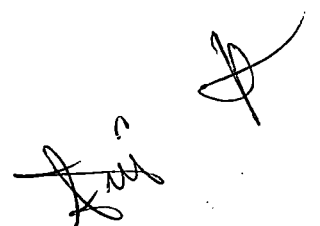
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
NÚCLEO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



- 7.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade,
- 7.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 7.8. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas neste Termo de Referência.
- 7.9. Caso a Contratada não possa cumprir os prazos estipulados para a prestação, total ou parcial, do(s) serviço(s), deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições do contrato; e de impedimento de sua execução por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo a sua ocorrência.
- 7.9.1. A solicitação de prorrogação, contendo o novo prazo de execução dos serviços, deverá ser encaminhada ao NAD/SELOG/SR/PF/MS, até o vencimento do prazo de prestação inicialmente estipulado, ficando a critério do Contratante a sua aceitação.
- 7.10. Vencido o prazo proposto, sem prestação do serviço, total ou parcialmente, o Contratante oficiará à Contratada comunicando-lhe a data-limite para a regularização de sua prestação. A partir dessa data considerar-se-á inadimplência, sendo-lhe aplicada a sanção de que trata o Parágrafo terceiro desta Cláusula.
- 7.11. As multas devidas e/ou prejuízos causados ao Contratante pela Contratada serão deduzidos dos valores a serem pagos ou recolhidos mediante GRU em favor do Departamento de Polícia Federal, ou cobrados judicialmente.
- 7.12. A Contratada inadimplente que não tiver valores a receber do Contratante, terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a notificação oficial, para recolhimento da multa, na forma estabelecida no parágrafo anterior.
- 7.13. A aplicação de quaisquer das sanções relacionadas neste instrumento será precedida de regular processo administrativo, no qual se garantirá o contraditório e a ampla defesa.
- 7.14. A aplicação das multas não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato.
- 6.15. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

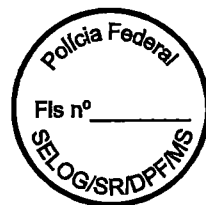
Campo Grande, MS, 09 de agosto de 2016.


GILSON MACHADO AUERSWALD
Agente de Telecomunicações e Eletricidade
Matrícula 11.968





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
NÚCLEO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



☒ Ciente e de acordo

Péricles Veloso Rodrigues

☐ Aprovo o presente Termo de Referência

Ricardo Cubas Cesar
Superintendente Regional da SR/PF/MS